

# Acusados tentam ganhar tempo no STF

JEFFERSON RUDY

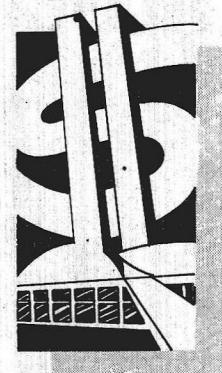


João Alves chega ao plenário: comportamento normal e promete mostrar que “tudo não passou de armação”

O primeiro resultado da estratégia conjunta de defesa dos 18 parlamentares ameaçados de cassação foi a entrada, ontem, no Supremo Tribunal Federal, de um mandado de

segurança contra o ato do presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que reduziu o prazo de defesa dos acusados de cinco semanas para cinco dias. “Querem nos subtrair no mínimo 25 dias”, disse o advogado Walmor Giavarina, ao acusar Inocêncio de colocar os parlamentares “no paredão”. Giavarina quer que o Supremo garanta o prazo de defesa na Comissão de Justiça.

O advogado, que representa os deputados Manoel Moreira (PMDB-SP) e Cid Carvalho



(PMDB-MA), quer pedir novas diligências e perícias nos documentos em poder da CPI. O primeiro pedido seria a recheagem de todos os extratos bancários para verificar a conversão de cruzeiros em dólares. “A dolarização aumentou em 50 por cento o valor da movimentação bancária dos parlamentares”, disse.

O mandado de segurança pede liminar em 48 horas para suspender a resolução baixada por Inocêncio, restringindo os prazos de defesa. O mandado foi apresentado em nome do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), acusado de enriquecimento ilícito e sonegação fiscal, mas se for acatado pelo Tribunal poderá beneficiar a todos os acusados pela CPI.

Segundo Giavarina, pelo regimento da Câmara, somente uma sessão ordinária é realizada por dia, em consequência da revisão constitucional. O regimento diz que depois de notificados os deputados terão cinco sessões ordinárias para apresentar suas defesas.